

RELAÇÕES DE GÊNERO E AGRICULTURA FAMILIAR¹

MIRIAM NOBRE

Nos últimos anos, a agricultura familiar tem estado no centro das atenções do movimento sindical, dos pesquisadores, do Governo e dos organismos internacionais relacionados com a questão. Ela aparece como a base de um modelo alternativo de desenvolvimento para o meio rural capaz de reduzir a pobreza, as disparidades de renda e o uso irracional dos recursos naturais. O debate predominante em torno da agricultura familiar trata de como torná-la mais eficiente e com maior capacidade de resistência ao mercado cada vez mais concentrado. Para isso, buscam entendê-la melhor, definindo características, como tamanho, produção, presença ou não de empregados e classificando-a em grupos. Infelizmente, muitos ainda pensam essa atividade apenas como um setor da economia ou, no máximo, enquanto função social com potencial para conter o êxodo rural, o qual contribui para aumentar o desemprego nas cidades. Poucos se detêm sobre as pessoas que vivem e trabalham na agricultura familiar — seus sonhos e anseios, os direitos que constroem e procuram tornar realidade. Quanto à família, quando considerada, apenas o é na figura do *chefe da família*. O trabalho e a visão de mulheres, filhas e filhos é negligenciada, como se os interesses do pai incluíssem os de todos.

A idéia de um pai que decide pela vida de todos parece uma coisa do passado, pelo menos no discurso voltado para o meio urbano. Por que então é aceita sem questionamentos para as famílias de trabalhadores rurais? Talvez porque, para os agricultores que trabalham a terra por conta própria, a forma de combinar a disponibilidade de trabalho da família com as exigências das diferentes etapas do ciclo de produção agrícola propicie uma divisão do trabalho que se naturaliza pelo sexo e pela idade. A naturalização da divisão sexual do trabalho impede que esta se torne um problema a ser enfrentado pela sociedade. Mesmo o grande estudioso da produção econômica camponesa, Alexander Chayanov, ao se deparar com as estatísticas que

¹ Publicado em Miriam Nobre, Emma Siliprandi, Sandra Quintela, Renata Menasche (Orgs.): Gênero e Agricultura Familiar. SOF, São Paulo, 1998.

apontavam o tempo de trabalho muito maior das mulheres na Rússia do princípio do século, em relação ao dos homens, afirmou:

“Uma grande parte do trabalho do homem é empregada nas atividades artesanais, comércio e agricultura. A força de trabalho da mulher se utiliza de forma predominante no trabalho doméstico. Em geral a mulher trabalha mais do que o homem, mas seu trabalho não é tão duro. Os adolescentes trabalham menos dias que os adultos. A distribuição de seu trabalho nos setores da fazenda é de acordo com o sexo; em geral os jovens se ocupam mais da agricultura e as jovens dedicam muitos dias ao trabalho doméstico” (Chayanov, 1985, p. 210).

Ainda hoje a divisão sexual do trabalho parte do princípio de que os homens são responsáveis pelo trabalho *produtivo* (a agricultura, a pecuária, enfim tudo o que se associa ao mercado) e as mulheres, pelo trabalho *reprodutivo* (o trabalho doméstico, o cuidado da horta e dos pequenos animais, tudo o que é feito para uso e consumo próprio, sem contar a reprodução da própria família pelo nascimento e cuidado dos herdeiros). Nos estudos brasileiros sobre campesinato essa divisão se expressou na oposição entre *casa* e *roçado*.

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA AGRICULTURA: UM PESO, DUAS MEDIDAS

Beatriz Heredia e outros (1984), estudando pequenos produtores ligados à plantação açucareira no Nordeste brasileiro, apontam a relação entre roçado e casa como definidora das áreas de *trabalho* e de *não-trabalho*. No roçado se produz farinha, feijão e milho, considerados, pelos agricultores, fundamentais à sobrevivência, de modo que as atividades aí realizadas são reconhecidas como trabalho. O pai encarna essas atividades, logo o trabalho é *dele*. Mesmo que os filhos e a esposa desempenhem tarefas no roçado, essas são consideradas “ajuda”. Por oposição ao roçado, a casa é o lugar da mulher, mãe de família, e as atividades aí desenvolvidas são consideradas um não-trabalho. O produto das atividades femininas no cuidado de pequenas criações ou no artesanato é comercializado para a compra de outros bens para a casa, como, por exemplo, utensílios de cozinha, roupa de cama etc. As mulheres geralmente não participam da comercialização

de produtos. Quando estão nas feiras, localizam-se na venda de produtos considerados secundários, tais como verduras, frutas e condimentos.

A idéia de que, em última instância, a hierarquia entre os produtos determina os conceitos de *trabalho* e *ajuda* merece melhor análise. O Deser (Departamento Sindical de Estudos Rurais) e a Comissão da Mulher Trabalhadora Rural da CUT — Central Única dos Trabalhadores — do Paraná realizaram uma pesquisa sobre a participação das mulheres na produção de leite, cujo resultado evidenciou que elas são responsáveis por grande parte das etapas dessa produção (Deser e CEMTR-PR, 1996). Porém, à medida que a produção de leite se tecnifica e passa a contribuir com maior peso para a renda das famílias, as tarefas passam progressivamente a ser desenvolvidas pelos filhos maiores e, depois, pelos maridos. Enquanto fruto de uma produção complementar, o resultado da venda do leite contribui para o pagamento da conta de luz e para a compra do “rancho” (produtos de consumo doméstico industrializados como macarrão, óleo de soja, fósforo), o que é essencial para a manutenção dessas famílias; contudo, tal aspecto não é facilmente reconhecido. Para as agricultoras presentes ao seminário de apresentação da pesquisa, isso ocorre “porque o dinheiro sai todo mês e não faz volume”.

Quando a produção agrícola é vendida, entra o “dinheiro grande”, com o qual são compradas novas roupas para toda a família, eletrodomésticos de maior custo, e decidem-se os novos investimentos na produção — este último, um assunto que não é considerado “de mulher”.

A divisão sexual do trabalho estaria então profundamente relacionada com as representações sociais vinculadas a mulheres e homens. Em estudo publicado em 1975, Verena Martinez-Alier já trazia a fala das mulheres bóias-frias: “O homem trabalha porque é homem; a mulher porque precisa”. Isto é, o trabalho constitui a própria identidade masculina, enquanto as mulheres estão como que provisórias no mundo do trabalho. O título de “provisórias” ou “estranhas” a um mundo onde sempre estiveram serve a uma desvalorização do trabalho das mulheres. Maria Ignez Paulilo (1987), analisando os trabalhos agrícolas no sertão e no brejo paraibano, e na cultura de fumo na região sul de Santa Catarina, percebeu como traço comum entre eles a distinção entre *trabalho leve* e *trabalho pesado*: o primeiro, atribuição de mulheres e crianças; o segundo, incumbência masculina. Segundo a autora, o trabalho é considerado leve por quem o executa, e não

pela natureza do trabalho em si. Mesmo que as mulheres e crianças trabalhem o mesmo número de horas que os homens e suas tarefas exijam habilidade, paciência e rapidez, elas recebem menos, pois o valor da diária é determinado pelo sexo e idade de quem a recebe.

O esforço físico é sempre apontado como uma das razões para os homens serem considerados mais importantes do que as mulheres no trabalho agrícola. Mas, quando se olha para a realidade, não há tarefa que elas não executem, se não for possível prescindir de seus braços. Mulheres já fizeram destoca, araram a terra, puxando o burro ou “no muque”, e carregaram sacos de 60kg na cabeça. Mas, toda vez que essas tarefas são mecanizadas e portanto exigem menor força física, contraditoriamente, elas são excluídas, ou seja, é muito mais fácil ver uma mulher carpindo com a enxada do que dirigindo o trator para a realização do trabalho agrícola.

Outro estudo interessante é o de Maria Aparecida Moraes (1987) sobre as mulheres agricultoras do Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais). Segundo essa autora:

“No tocante às mulheres, não existe uma separação rígida entre casa e roçado. Ela transita por esses dois espaços. As mulheres fazem ou podem fazer todos os serviços nessas unidades camponesas, dependendo não só do ciclo produtivo, como também da ausência ou permanência do marido e filhos adultos na terra” (p. 9).

Permanece, entretanto, a valorização diferente entre homens e mulheres. Nas regras para a troca de dias, prática fundamental na organização do trabalho ao longo do ciclo agrícola, mulheres não trocam dias com homens, havendo mesmo locais em que isso é proibido. Quando o fazem, elas têm de trabalhar dois dias para pagar um dia de serviço de um homem.

AS RELAÇÕES DE GÊNERO

A valorização diferente do trabalho de mulheres e homens se explica pela existência de uma relação de hierarquia entre os gêneros. Essa relação tem sua base material na divisão sexual do trabalho, mas organiza, sem ordem de prioridades, aspectos econômicos,

sociais, vivências particulares, símbolos e representações em imagens de constante movimento, como em um caleidoscópio.

Olhar para a complexidade das relações de gênero é querer, mais do que ver suas formas aparentes, entender sua dinâmica, a forma como produzem e reproduzem desigualdades para poder superá-las. Um dos aspectos a se considerar é o processo de socialização de gênero desenvolvendo habilidades e capacidades diferentes nos homens e nas mulheres. Quando resgatamos, em uma linha da vida, o desenvolvimento de meninos e meninas, percebemos que, na área rural, eles estão juntos, sem grandes diferenças até por volta dos 5 anos. Depois, as meninas começam a seguir as mães, aprendendo com elas o trabalho doméstico e contribuindo para a realização deste. Os meninos passam a seguir o pai, a aprender com ele e a brincar entre meninos nas horas de lazer que geralmente são maiores que as das meninas. Os rapazes também saem mais, vão mais longe, enquanto as moças ficam mais com a família, não só pelo trabalho, mas pelo medo dos pais de que elas “caiam na vida”.

Quando se tornam adultos, se ocupam das tarefas consideradas do sexo oposto, sentem dificuldades pessoais e sofrem reprovações sociais de parentes e amigos. Se a mulher está de resguardo e o casal não tem filhas com idade suficiente para fazer o serviço da casa, o homem o faz. E, sempre que necessário, as mulheres fazem o serviço considerado dos homens. Algumas temem a igualdade derivada do fato de assumirem “oficialmente” a responsabilidade pelo serviço que muitas vezes já fazem: “Se eu aprender o serviço dele, ele não vai fazer nem isso”. Ademais, os homens resistem ao novos aprendizados das mulheres: “Se você souber dirigir, não vai parar mais aqui”, e elas se sentem pressionadas por uma grande exigência interna e externa de não poderem errar. Na maioria das vezes, o que acontece é que as aprendizagens de homens e mulheres no “campo oposto” só servem para complementar o serviço do/a outro/a ou para cobrir uma ausência, e não para redividir as tarefas de forma mais permanente, e muito menos o poder e o reconhecimento social que as recobre.

Os estudos sobre a agricultura familiar que utilizam o conceito de gênero como instrumento de análise ainda são recentes. Destaca-se o de Ellen Woortmann (1995) sobre as relações de parentesco entre colonos de origem alemã do Sul do Brasil e entre sítiantes do Nordeste. A hierarquia de gêneros é aí detectada não só na produção agrícola, mas na

sexualidade, na posição na comunidade (na “oposição simbólica mulheres à esquerda, homens à direita, no interior da igreja”) e na família. Entre os colonos alemães do Sul, por exemplo, os nomes masculinos expressam relações de compadrio e parentesco, e o fazer parte de uma família. Os nomes das mulheres são “nomes fantasia”, pois elas serão reconhecidas em relação com o nome do pai e, depois, com o do marido.

Para Ellen Woortmann, a reprodução camponesa depende de sua capacidade de resistência e adaptação, o que, para ela, se baseia, nos dois casos estudados, “no valor atribuído à família e ao trabalho familiar, e na lealdade à tradição, mas, ao mesmo tempo, na dinâmica conservadora de sua organização social”.

Entre os colonos alemães do Sul, a insatisfação da mulher com respeito a esse modelo tem como resposta a migração para a cidade, onde ela terá “ao menos seu salário”. Uma leitura possível é, então, a de que a hierarquia entre os gêneros constitui de tal forma o modelo de existência da agricultura familiar que seu questionamento, por parte das mulheres, comprometeria a sua própria reprodução enquanto agricultoras.

Outro estudo, de Maria José Carneiro (1996), analisa as unidades de produção agrícola familiar da França atual, que combinam o trabalho na terra com o assalariamento em fábricas da região. Esse fenômeno é conhecido como *pluriatividade*. Apesar de já ser comum no Brasil há muitos anos (exemplificado pelos migrantes que trabalham na cidade e mandam dinheiro para a família no campo), vem chamando a atenção como uma característica que se projeta no futuro da agricultura familiar. Na França, o homem sai para trabalhar e a mulher passa a ter o *status* de chefe do estabelecimento, para continuar recebendo o incentivo oficial dirigido aos trabalhadores exclusivamente agrícolas. As mulheres fazem todo o trabalho, inclusive o manejo das máquinas, mas se vêem como se fossem um “prolongamento dos braços de seus maridos”. Na prática, as esposas de agricultores não tomam jamais o lugar de seus maridos na hierarquia familiar, mesmo que elas os substituam no trabalho e obtenham um estatuto legal junto às entidades que regulamentam a profissão de agricultor. Da mesma maneira, elas não ocupam posições de poder nos organismos deliberativos voltados para a agricultura.

A autora conclui, por isso, que o papel da mulher na produção não seria o determinante para a redefinição da sua posição na família ou na sociedade, mas sim a ideologia que cimenta as relações de hierarquia entre os gêneros.

As análises de Ellen Woortmann e de Maria José Carneiro têm em comum o fato de buscarem ir além de uma interpretação exclusivamente econômica da desigualdade entre os gêneros. Mas a impressão que fica é a de que a cultura, a tradição e a ideologia são entidades autônomas, não estando profundamente imbricadas na produção material da vida e dificilmente sendo mudadas. Essas análises nos fazem refletir sobre as questões estratégicas envolvidas no fortalecimento das mulheres enquanto agricultoras. O fundamental é ter sempre presente as mulheres como sujeitos que, por sua ação política, definem quais questões adquirem formas estratégicas para mudar as relações de gênero.

AS TRANSFORMAÇÕES EM CURSO

Os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, nas suas mais diferentes vertentes (autônomos, ligados ao movimento sindical, a associações de pequenos produtores etc.), vêm construindo a identidade política das agricultoras no seu reconhecimento público. Eles obtêm a cidadania destas por seu acesso à documentação profissional e por seu auto-reconhecimento enquanto trabalhadora e pela aceitação, pelos agentes públicos, da profissão de *agricultora* na declaração para o Censo, na certidão de casamento, na emissão da nota conjunta do produtor e no gozo dos direitos previdenciários (auxílio maternidade e aposentadoria). Apesar de todos esses avanços, muitos funcionários do INSS ou de cartórios ainda resistem, na prática, a reconhecer as mulheres enquanto agricultoras, sem contar os gerentes de banco. Por isso, uma vitória importante do Grito da Terra de 1998 foi a criação de linhas especiais de crédito para mulheres no Proceca (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária).

A visibilidade e a valorização do trabalho das mulheres, porém, são mais restritos na sua relação com a família. A maioria das agricultoras não decide sobre o dinheiro que é fruto de seu suor ou sobre os investimentos que poderiam melhorar suas condições de trabalho. Por exemplo, nas regiões onde são responsáveis por tirar leite, é comum as mulheres terem de cuidar de duas a três vacas, que, somadas, atingem a produção de uma mais produtiva, ou ter de cortar o capim e trazer para os animais, porque não podem decidir sobre um pequeno pedaço de terra para fazer um piquete.

As propostas para enfrentar essa questão ainda são poucas. Geralmente restringem-se à de que o marido pague um salário à esposa ou divida a terra em lotes individuais a serem explorados em separado pelos membros da família. Essas propostas contrariam a lógica tradicional da agricultura camponesa, de utilizar de forma combinada seu principal recurso disponível, que é a força de trabalho de todos os seus integrantes para garantir sua sobrevivência e reprodução.

Outra questão é a da herança da terra. Mesmo quando nos dirigimos diretamente aos jovens, ela permanece um tabu. A divisão igualitária de tão pouca terra e instrumentos de trabalho pode significar que nenhum dos filhos e filhas tenha como continuar sua vida na condição de agricultores. Mas, se permanecerem as regras tradicionais, as mulheres continuarão a ser excluídas — destinadas ao convento, a receber uma máquina de costura e uma vaca para viver com a família do marido ou à migração para a cidade em busca de um emprego. A opção por essa última alternativa tem aumentado cada vez mais, e começa a chamar a atenção da sociedade (*Veja*, 05-08-98). A saída das mulheres do campo pode não se explicar somente por uma maior oferta de empregos para mulheres na cidade ou por sua maior escolaridade, mas por uma negação da condição de vida da mãe de família, esposa de agricultor.

Para o delicado problema da herança, a novidade foi trazida pelo Movimento dos Sem-Terra, que abriu, pela luta política, a possibilidade de acesso à terra e à condição de agricultor para os filhos, infelizmente não na mesma proporção para as filhas. A luta política cria identidades de classe — os sem-terra — e de gênero. Essas identidades parecem algumas vezes contraditórias, mas a própria luta cria formas de mediação entre tais interesses, produzindo mesmo novas representações sociais. Por exemplo, a pesquisa “Mulheres na Produção do Leite” (Deser-CEMTR/PR, 1996) registrou que os homens que tiram leite, tarefa considerada feminina naquela região do país, eram identificados como “do PT”. Isso significa que maneiras diferentes de viver em família e organizar o trabalho dentro dela, pelo menos na idéia, se associam rapidamente com uma maneira diferente de ver o mundo e querer transformá-lo. Os movimentos sociais podem, portanto, em interação com outras forças, construir na sua ação política respostas para dilemas que ainda não estão conscientemente colocados.

Cabem, ainda, algumas reflexões na tentativa de uma formulação mais próxima da realidade das agricultoras familiares. Para Delma Pessanha (1997), a sobreposição do que move a unidade de produção nos interesses da unidade familiar, e de cada um de seus membros, é simplista e tende a subordinar o segundo ao primeiro por uma determinação econômica. Esse olhar nos faz entender novas realidades, como, por exemplo, o manejo de pequenas unidades de produção de cana no interior de São Paulo ou do Rio de Janeiro, feito por especialistas com o acompanhamento de apenas um membro da família proprietária, que pode bem ser uma mulher viúva ou solteira.

Mesmo que a família, como uma reunião de sujeitos, e a unidade econômica de produção possam ter movimentos próprios, estes se relacionam e, para fortalecer a autonomia das mulheres, é preciso considerar a maneira como elas se inserem em cada uma dessas dimensões.

Nas oficinas que realizamos, conhecemos Rosa, uma mulher solteira que administra a propriedade de sua família, onde ainda vivem sua mãe viúva e seu irmão mais novo. Desde criança, ela preferia ir para a roça a dividir o trabalho ao redor da casa com suas irmãs. Perto do pai, aproveitava para observar e aprender sua forma de agir, de organizar o trabalho, de decidir os negócios. Já adulta, era sempre ela que o agrônomo da ONG local procurava para falar das novidades tecnológicas, pensar propostas para a exploração agrícola de sua família. Foi assim que Rosa montou a criação e o abatedouro de frangos que garante uma renda pequena, mas estável, para o sustento de todos. Na região, um antigo e atuante movimento de mulheres cria o ambiente favorável para que ela não seja a exceção que justifica a regra. Sempre pensando novas formas de produzir, sustentáveis dos pontos de vista financeiro e ecológico, para sua roça e para a comunidade, Rosa tornou-se presidente da associação de pequenos produtores local. As trajetórias pessoal e organizada no movimento de mulheres e nas iniciativas alternativas de produção se combinam na história dessa mulher, que construiu para si um destino diferente do de muitas de suas amigas e contemporâneas. Para que outras rosas, margaridas, açucenas floresçam, ainda é preciso que a desigualdade entre os gêneros na sociedade, inclusive na agricultura familiar, não lhes tire o viço.

Referências bibliográficas

- CARNEIRO, Maria José. “Esposa de agricultor na França”, *Revis-ta Estudos Feministas*, vol. 4, n. 2, Rio de Janeiro : IFCS/UFRJ, 1996.
- CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires : Nueva Visión, 1985.
- DESER e CEMTR/PR . *Gênero e agricultura familiar; cotidiano de vida e trabalho na produção de leite*. Paraná, 1996.
- HEREDIA, Beatriz M. A. de; GARCIA, Marie France e GARCIA Jr., A. R. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: —. *Mulheres na força de trabalho na América Latina*. Petrópolis : Vozes, 1984.
- MARTINEZ-ALIER, Verena. “As mulheres do caminhão de turma”, *Debate e Crítica*, n. 5, São Paulo, março, 1995.
- MORAES, Maria Aparecida. *A migração das mulheres do Vale do Jequitinhonha para São Paulo: de camponesas a proletárias*. Araraquara, 1987 (mimeo).
- MOURA, Margarida M. *Os herdeiros da terra*. São Paulo : Hucitec, 1978.
- “Nordestinas migram mais do que os homens”, *Veja*, n. 1558, São Paulo, 05-08-98.
- PAULILO, Maria Ignez. “O peso do trabalho leve”, *Ciência Hoje*, vol. 5, n. 28, jan.-fev. 1987.
- PESSANHA NEVES, Delma. “Agricultura familiar e mercado de trabalho”, *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 8, Rio de Janeiro : CPDA/UFRRJ, abril, 1997.
- SUÁREZ, Mireya e LIBARDONI, Marlene. *Mulheres e desenvolvimento agrícola no Brasil: uma perspectiva de gênero*. Brasília : IICA, 1992.
- TEIXEIRA, Zuleide A. (coord.). “Perspectiva de gênero na produção rural; estudos de política agrícola”. *Documentos de Trabalho*, n. 22, Ipea, Brasília, 1994.
- WOORTMANN, ELLEN F. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo/Brasília : Hucitec/EdUnb, 1995.